

# **SIMULADO** **SEFAZ-DF**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**  
**PROF. RICARDO VALE**

**1.** Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir e assinale a afirmativa correta:

**I)** Não se aplica a cláusula de reserva de plenário quando é utilizada a técnica de interpretação conforme à Constituição e, ainda, no juízo de recepção ou revogação.

**II)** Segundo o STF, não é possível a modulação dos efeitos temporais por ocasião da declaração de não recepção de uma lei.

**III)** Ao julgar procedente um pedido de reclamação, o STF irá proferir nova decisão, em substituição à decisão cassada. Cabe destacar que o uso de reclamação somente será admitido após o esgotamento das vias administrativas.

**IV)** Os atos de efeitos concretos aprovados sob a forma de lei em sentido estrito podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Estão corretas as afirmações a seguir:

- a) II e III
- b) III e IV
- c) I e III
- d) I e IV
- e) II e IV

**2.** Assinale a alternativa correta sobre o processo legislativo constitucional:

**a)** Medidas provisórias têm eficácia pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação, prorrogável uma vez por igual período, por decisão do Presidente da República. As emendas parlamentares devem ter pertinência temática com o texto original de medida provisória, sob pena de ficar configurado o "contrabando legislativo".

**b)** É vedada a edição de medida provisória já disciplinada em projeto de lei pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

**c)** A ausência de manifestação do Presidente da República dentro de 15 dias úteis implicará no veto tácito.

**d)** Não são admitidas emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa privativa do Presidente da República.

**e)** No processo legislativo das emendas constitucionais, há limitações materiais, formais e circunstanciais. As limitações materiais podem ser explícitas (art. 60, § 4º) ou implícitas. Em virtude de uma limitação material implícita, não se admite no Brasil o procedimento de dupla revisão.

**3.** Carlos Almeida é eleito Presidente da República para o mandato de 2019 a 2022, tendo como Vice-Presidente André Silveira. Em 2020, Carlos Almeida é condenado por crime de responsabilidade, perdendo o seu cargo público. Em 2021, André Silveira vem a falecer.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

**a)** Em virtude da morte de André Silveira, assumirá a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, que irá completar o mandato.

**b)** Embora tenha sido condenado por crime de responsabilidade, é possível que Carlos Almeida não perca o cargo de Presidente da República, tampouco se torne inelegível.

**c)** A condenação por crime de responsabilidade resulta na perda do cargo com inabilitação, por 8 (oito) anos, para o exercício de função pública.

**d)** Em virtude do falecimento de André Silveira, serão convocadas eleições diretas, que deverão ocorrer dentro de 90 dias após a vacância do cargo.

**e)** Após a condenação de Carlos Almeida, o Presidente da Câmara dos Deputados tornar-se-á o Vice-Presidente da República, assumindo a Presidência André Silveira.

**4.** Sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, Poder Constituinte e direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

**a)** As normas de eficácia limitada são não-autoplicáveis e, portanto, somente produzem efeitos após a edição de lei regulamentadora.

**b)** A cláusula da reserva do possível é um argumento invocado pelo Poder Público como óbice à concretização dos direitos sociais, devendo ser analisada como temperamentos, em virtude do princípio do mínimo existencial.

**c)** O Poder Constituinte Originário é limitado pelas cláusulas pétreas da Constituição anterior.

**d)** A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer que os direitos fundamentais não são absolutos, consagra expressamente a teoria dos "limites dos limites".

**e)** A escusa de consciência é norma constitucional de eficácia limitada, uma vez que exige a edição de lei regulamentadora para definir as hipóteses em que será cabível a perda de direitos políticos.

### MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA PROF. ARTHUR LIMA

**5.** O professor Ricardo Vale decidiu abrir o Estratégia Concursos e, para isso, foi ao banco solicitar um empréstimo. O gerente do banco apresentou-lhe uma proposta em que o banco emprestaria determinada quantia à vista, e o Ricardo deveria quitar o empréstimo por meio do Sistema de Amortização Constante. O professor analisou rapidamente a planilha, mas não ficou com uma cópia. Ele se lembra que o valor total do empréstimo era de R\$180.000, que o pagamento seria feito em 60 prestações mensais postecipadas, sem prazo de carência, e que a última prestação seria de R\$3.150,00. Com base nisso, Ricardo Vale reconstituiu corretamente a planilha apresentada pelo gerente e encontrou que:

**a)** A primeira prestação era superior a R\$12.000

**b)** O saldo devedor após o pagamento da primeira prestação era de R\$168.000

**c)** A décima primeira prestação era superior a R\$10.000.

**d)** A taxa de juros mensal do financiamento era inferior a 4%

**e)** Os juros embutidos na terceira prestação superaram R\$8.800

**6.** Ao iniciar um novo curso, o professor Arthur Lima avisou aos alunos:

*Se não persiste, não aprende. Se estudar, não persiste. Se não empolga, aprende. Se você se arrepende, não empolga. Então,*

**a)** se estudar, não se arrependerá

**b)** se não estudar, se arrependerá.

**c)** se você se arrepende, não persiste.

**d)** se não se arrepende, persiste.

**e)** se você se arrepende, estuda.

7. Suponha que as notas fiscais de um estabelecimento comercial são numeradas por um sistema de códigos formado por 2 letras distintas, dentre as 26 do alfabeto, seguidas de três algarismos, dentre os 10 disponíveis. Assim, um código tem a seguinte estrutura:

Letra – letra – algarismo – algarismo – algarismo

Um Auditor-Fiscal listou em uma planilha todos os códigos possíveis que começavam com a letra A e terminavam com o algarismo 0. Dentre esses códigos, ele sorteou um de forma aleatória. Qual é a probabilidade de este código sorteado não possuir a letra B ou não possuir o algarismo 9?

- a) maior do que 95%
- b) entre 90% e 95%
- c) entre 85% e 90%
- d) entre 80% e 85%
- e) menor do que 80%

8. Considere o seguinte sistema linear:

$$\begin{cases} 2x + y - z = 1 \\ x - 2y + z = 4 \\ x - 7y + 4z = 11 \end{cases}$$

A respeito deste sistema, podemos afirmar que:

- a) admite a solução trivial
- b) é um sistema homogêneo
- c) é um sistema possível e determinado
- d) é um sistema possível e indeterminado.
- e) é um sistema impossível

9. Nas operações de desconto simples com prazo de antecipação de 2 meses, a taxa de desconto praticada por uma determinada instituição financeira é de 5% ao mês. Isto significa que a taxa de juros efetivamente praticada pela instituição, nessas operações, é de aproximadamente:

- a) 4,6%am
- b) 4,8%am
- c) 5,2%am
- d) 5,5%am
- e) 5,9%am



**RASCUNHO**

**PORTUGUÊS – PROF. DÉCIO TERROR****Nova equipe econômica assume com desafio de fixar meta fiscal**

Já na próxima semana, os novos nomes terão que definir quanto o próximo presidente terá de espaço para gastar no primeiro ano de governo

Por Estadão Conteúdo (04/04/2018)

A nova equipe econômica terá de definir, já na próxima semana, quanto o próximo presidente da República terá de espaço para gastar além da arrecadação com impostos e contribuições no primeiro ano de governo.

O valor da meta fiscal será fechado pelos novos titulares da Fazenda e do Planejamento, mas a estratégia é trabalhar com uma previsão "conservadora", sem contar com receitas atípicas.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a expectativa é que a meta fique abaixo do valor indicativo de déficit de R\$ 139 bilhões, anunciado em agosto do ano passado.

Isso significa que o governo Michel Temer indicou que os gastos devem superar as receitas no ano que vem nesse valor. Para este ano, a meta permite rombo maior, de até R\$ 159 bilhões.

Os novos ministros vão deixar qualquer decisão mais ousada de política econômica para o governo que sair eleito em outubro.

O presidente eleito tem até o final do ano para negociar com o Congresso mudança nessa previsão para permitir gastos maiores ou menores. Se, por exemplo, resolver acelerar agenda de privatização, o déficit pode ser menor porque, neste caso, entrariam mais receitas extraordinárias.

A definição da meta é o primeiro teste de fogo dos futuros ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia. A fixação da meta tem que ser incluída no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que deve ser encaminhado para o Congresso até 15 de abril.

O número, porém, ainda está em aberto. Mas é certo que a meta do próximo ano será necessariamente menor do que a deste ano (R\$ 159 bilhões). Em 2017, as contas do governo federal fecharam com déficit de R\$ 124,4 bilhões.

A definição da meta é sempre um momento tenso para a equipe, porque ela define os rumos da política fiscal. Nos últimos anos, metas ousadas, no sentido de muito rigorosas, tiveram que ser revistas porque as receitas esperadas não ocorreram ou os gastos foram maiores do que o previsto.

<https://exame.abril.com.br/economia>

**10.** Entende-se do texto que

**a)** os ministros do governo atual estão realizando decisões mais ousadas para preservar a próxima equipe econômica.

**b)** a meta fiscal do próximo ano será maior do que a do ano em vigor.

**c)** a nova equipe econômica definiu a meta fiscal do próximo governo em 159 bilhões de reais.

**d)** os novos ministros têm limite de prazo para definição de meta a ser incluída na LDO.

**e)** a meta fiscal do próximo ano está fixada em 139 bilhões de reais e o próximo presidente tem até o final do ano para negociar com o Congresso mudança nessa previsão.

**11.** O texto pode ser classificado como:

**a)** dissertativo-argumentativo.

**b)** dissertativo-expositivo.

**c)** didático

**d)** injuntivo

**e)** descritivo.

**12.** Leia o fragmento do texto abaixo e avalie as afirmações:

*O valor da meta fiscal será fechado pelos novos titulares da Fazenda e do Planejamento, mas a estratégia é trabalhar com uma previsão "conservadora", sem contar com receitas atípicas.*

*Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a expectativa é que a meta fique abaixo do valor indicativo de déficit de R\$ 139 bilhões, anunciado em agosto do ano passado.*

I – A conjunção “mas” tem valor coordenativo adversativo e pode ser substituída por “todavia”, permanecendo a correção gramatical e o sentido do trecho.

II – A preposição acidental “Segundo” tem valor adverbial conformativo e não pode ser substituída por “Consoante”.

III – A última vírgula pode ser excluída, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.

Qual(is) está(ão) INCORRETA(S)?

- a) Somente a afirmação I.
- b) Somente as afirmações I e III.
- c) Somente as afirmações I e II.
- d) Somente as afirmações II e III.
- e) Somente a afirmação III.

**13.** Insira V para afirmação verdadeira e F para afirmação falsa. Em seguida, marque a ordenação correta.

( ) Na linha 16, a expressão “tem que ser incluída” é locução verbal modal e transmite noção de necessidade, obrigação.

( ) Na linha 17, a locução verbal modal “deve ser encaminhado” transmite noção de possibilidade.

( ) Pode haver uma permuta da palavra “que” (linha 22) por “de” (linha 1), mantendo-se o sentido e a correção gramatical.

( ) Na linha 19, a palavra “a” marca a elipse do substantivo “meta” (linha 18).

( ) A segunda ocorrência da palavra “do” nas linhas 18 e 19 pode ser excluída sem prejuízo gramatical e de sentido no texto.

- a) V F V V V
- b) V F V V F
- c) F V F V F
- d) F F V V F
- e) V V V V V

**14.** A transposição de “será fechado” (linha 3) para a voz ativa resulta na seguinte construção:

- a) fechará
- b) fechariam
- c) fechar-se-á
- d) fecharão

e) fecharam

**15.** Marque a alternativa que apresente reescrita correta gramaticalmente e preserve a coerência do trecho abaixo:

*Se, por exemplo, resolver acelerar agenda de privatização, o déficit pode ser menor porque, neste caso, entrariam mais receitas extraordinárias.*

a) *Caso, por exemplo, resolva acelerar agenda de privatização, o déficit pode ser menor porquanto, nesta situação, haveria mais receitas extraordinárias.*

b) *O déficit pode ser menor, pois, nesta situação, haveria mais receitas extraordinárias, se, por exemplo, resolver acelerar agenda de privatização.*

c) *Caso, por exemplo, resolvesse acelerar agenda de privatização, o déficit poderia ser menor porquanto, nesta situação, haveriam mais receitas extraordinárias.*

d) *Uma vez que, por exemplo, resolva acelerar agenda de privatização, o déficit pode ser menor porque existiria, neste caso, mais receitas extraordinárias.*

e) *O déficit pode ser menor, já que, neste ínterim, haveriam mais receitas extraordinárias, se, por exemplo, resolver acelerar agenda de privatização.*

**16.** As frases abaixo são livres interpretações do texto. Marque a alternativa com coesão, clareza, coerência e correção gramatical.

a) Os números, ainda estão abertos, porém é certo que a meta do ano vindouro será obrigatoriamente menor que a do ano em vigor: R\$ 159 bilhões.

b) A meta do próximo ano será obrigatoriamente menor do que a deste ano: R\$ 159 bilhões, pois em 2017, as contas do governo federal fecharam com déficit de R\$ 124,4 bilhões.

c) A maioria das metas dos governos brasileiros, ao longo de décadas, normalmente não é cumprido e a preocupação do governo atual é que esse controle ocorra na transição deste para o próximo governo.

d) A fixação da meta deve ser incluída no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que deve ser encaminhada para o Congresso até 15 de abril.

e) A nova equipe econômica terá que definir, na próxima semana, quanto o próximo presidente

da República poderá gastar além da arrecadação com impostos e contribuições no primeiro ano de governo.

**17.** Sobre os elementos linguísticos componentes do texto, é correto afirmar:

**a)** Na linha 18, a expressão “está em aberto” é um predicado nominal, assim como ocorre em “é sempre um momento tenso” (linha 30).

**b)** Na linha 22, a expressão “que ser revistas” é uma oração empregada com o papel de complemento direto do verbo “tiveram” (linha 22).

**c)** Na linha 17, a oração “que deve ser encaminhado para o Congresso até 15 de abril” tem natureza restritiva.

**d)** O segmento “que a meta fique abaixo do valor indicativo de déficit de R\$ 139 bilhões” (linhas 6 e 7) tem o mesmo papel sintático da expressão “menor” (linha 14).

**e)** Na linha 21, a preposição “para” tem valor adverbial de finalidade.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO** **PROF. ERICK ALVES**

**18.** Considerando as disposições legais e jurisprudenciais sobre improbidade administrativa, está correto apenas o que se afirma em:

**a)** Não é possível a coexistência de sentença condenatória em ação civil pública de improbidade administrativa e de título executivo extrajudicial, na forma de acórdão do Tribunal de Contas da União, que determinam o ressarcimento ao erário e se referiram ao mesmo fato, pois a situação configura *bis in idem*.

**b)** Comprovada a ilegalidade na conduta do agente, bem como a presença do dolo indispensável à configuração do ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, a ausência de dano ao patrimônio público exclui tão somente a possibilidade de condenação na pena de ressarcimento ao erário, mas não afasta a aplicação das demais penalidades.

**c)** Se o agente que praticou o ato ímprobo é servidor temporário, a respectiva ação de improbidade deve ser proposta dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público.

**d)** No caso de condenação pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os

princípios da administração pública, as penalidades de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios não podem ser fixadas abaixo de 5 anos.

**e)** O estagiário que atua no serviço público não está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa, pois não se enquadra no conceito de agente público estabelecido na lei de regência.

**19.** Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta:

**a)** As ações de indenização civil por danos morais decorrentes de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, durante o regime militar, são imprescritíveis. Para esses casos, não se aplica o prazo prescricional de 5 anos, diferentemente dos casos de tortura ocorridos depois do regime militar.

**b)** Não incide a responsabilidade civil do Estado para indenizar os danos morais causados a réu que, após a observância do devido processo legal, tenha sido preso preventivamente em ação penal, ainda que, ao final da ação, ele venha a ser absolvido ou tenha sua sentença condenatória reformada na instância superior.

**c)** Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

**d)** A morte de detento em estabelecimento prisional público atrai a responsabilidade civil objetiva do Estado. A hipótese não admite excludente de reponsabilidade, pois configura uma omissão específica do Poder Público em relação a seu dever de proteção das pessoas submetidas a encarceramento, bem como de mantê-las em condições carcerárias com mínimos padrões de humanidade estabelecidos em lei.

**e)** Se o Poder Legislativo editar uma lei contrária à Constituição Federal, o Estado poderá responder civilmente pelos danos morais ou materiais a terceiros que esta lei vier a provocar a terceiros. A responsabilização do Estado, nessa hipótese, depende da declaração de inconstitucionalidade da lei pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que seja no controle difuso.

**20.** Acerca do controle da Administração Pública no Brasil, assinale a opção correta:

**a)** O controle de constitucionalidade das leis é competência privativa do Poder Judiciário, sendo vedado aos Tribunais de Contas da União o afastamento da aplicação de uma lei ou ato normativo por entendê-lo inconstitucional.

**b)** O Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo da Administração Pública, não detém legitimidade para requisitar diretamente informações que importem quebra de sigilo bancário.

**c)** Os gestores dos contratos administrativos não exercem atividade de fiscalização, motivo pelo qual não integram o sistema de controle administrativo interno.

**d)** O mandado de segurança se presta à proteção do erário público, possibilitando aos administrados o desfazimento de atos lesivos ao patrimônio público praticados por agentes públicos configurem ou não ato de improbidade.

**e)** No âmbito do controle administrativo, reclamação é a denúncia formal e assinada de irregularidades internas ou de abuso de poder na prática de atos da Administração feita por quem quer que seja à autoridade competente para conhecer e coibir a ilegalidade apontada.

### DIREITO CIVIL PROF. PAULO SOUSA

**21.** Ácido Acético Etílico da Silva dos Santos, nascido no Brasil, muda-se para Portugal e obtém nacionalidade portuguesa, sem que isso implique em perda da nacionalidade brasileira) Em Coimbra, conhece uma francesa, Louise, durante viagem de férias de ambos, a Ibiza, Espanha) Os dois passam a se corresponder e engatam namoro "à distância". Passado um tempo, o brasileiro recebe uma oferta de emprego na Alemanha e então resolve se casar, em Paris, França, com Louise, passando ambos a residir em Hamburgo, Alemanha, logo após o casamento. Depois disso, ele e a esposa compram um imóvel de alto valor no Brasil e têm dois filhos, o primeiro, Hans, nascido na Alemanha, e de nacionalidade alemã, e o segundo, André, nascido no Brasil, e de nacionalidade brasileira) Todos eles continuam a viver na Alemanha) Santos vem a falecer anos depois, na Inglaterra, durante uma viagem de férias da família, sendo que foi enterrado no país, em obediência a um pedido do brasileiro. A respeito exclusivamente da LINDB, analise o caso narrado e aponte a assertiva correta:

**a)** Regerà os casos de invalidade do matrimônio a lei francesa, onde se realizou o matrimônio do casal, sendo subsidiárias as leis brasileira e francesa, de nascimento dos nubentes.

**b)** A sucessão por morte obedecerá à lei inglesa, local no qual o brasileiro faleceu e foi enterrado.

**c)** Regerà a lei russa o penhor contraído pelo falecido com Yuri, domiciliado na Rússia, para garantir o financiamento do imóvel situado no Brasil.

**d)** Mesmo que a lei alemã seja mais favorável a André, aplicar-se-á a lei estrangeira à sucessão de todos os bens de seu falecido pai.

**22.** Paulo, Aline e Ricardo se reúnem semanalmente para discutir temas de Direito Civil que são relevantes para concursos públicos. O trio resolve convidar alguns conhecidos, que estudam os temas de Direito Privado, para participar das reuniões. Com o passar do tempo, mais membros se reúnem ao grupo e eles, então, dividem os participantes em "grupos de pesquisa". De modo a organizar as coisas, pretendem organizar uma associação civil, sem fins lucrativos, para os conflitos que já começaram a aparecer entre os membros sejam resolvidos. Pretendem também angariar fundos para construir uma sede à associação, bem como personalizar um broche para os associados, exclusivo. Necessário ainda estabelecer outras regras a respeito das reuniões, atividades, presença e contribuição financeira dos membros. Desde já, pensaram no nome "Associação dos Verdadeiros Amantes do Direito Civil Atual" – AVADA.

A respeito da associações, assinale o item incorreto:

**a)** Os associados da AVADA possuem direitos e obrigações recíprocos.

**b)** Se Ricardo transfere sua fração ideal do patrimônio da associação a terceiro, não se transfere a qualidade de associado ao adquirente.

**c)** Um quinto (1/5) dos associados tem o direito de convocar os órgãos deliberativos.

**d)** Dissolvida a associação, antes da destinação do remanescente a entidade de fins não econômicos designada no estatuto, os associados podem receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.



André, 35 anos, cujos dois filhos morreram em acidente automobilístico, mantém união estável com Sandra há anos. No mesmo acidente, morreram também Simone, sua mãe, Jonas, seu pai, bem como Miguel, seu avô paterno. Sobreviveram ao acidente, Mário, seu avô materno, Luísa e Helena, suas avós materna e paterna, respectivamente. Ao falecer, sem testamento, André e Sandra tinham patrimônio de 200 mil, sendo que todos os bens haviam sido em nome de André, depois da união.

**23.** A respeito do caso, julgue a assertiva correta:

**a)** Sandra não tem direito à meação de André em razão do regime de bens entre os conviventes, mas tem direito sucessório sobre a metade dos bens do falecido, pelo que faz jus a 50 mil.

**b)** Sandra tem direito à meação de André, mas não é herdeira, em razão do regime de bens aplicável, pelo que deve receber 100 mil.

**c)** Sandra tem direito à meação, bem como direito sucessório sobre os bens, devendo ficar com 150 mil, ao passo o valor remanescente pertence aos avós, que recebem valores iguais.

**d)** Sandra tem direito à meação, bem como direito sucessório sobre os bens, devendo ficar com 150 mil, ao passo o valor remanescente pertence aos avós, que recebem valores desiguais.

**DIREITO EMPRESARIAL**  
**PROF. GABRIEL RABELO**

**24.** Sobre o empresário individual de responsabilidade limitada, assinale a opção **falsa**.

**a)** A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

**b)** A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

**c)** A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

**d)** Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades simples.

**e)** A empresa individual de responsabilidade limitada possui personalidade jurídica.

**25.** Sobre o direito societário, assinale a opção correta.

**a)** É vedada a constituição de sociedade tão-somente para a realização de negócio determinado.

**b)** A sociedade anônima que ainda não inscreveu seu estatuto no registro competente reger-se-á, neste período, pelos dispositivos do Código Civil relativos à sociedade em comum.

**c)** Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditários, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditados, obrigados somente pelo valor de sua quota.

**d)** É vedada a instituição de filial, sucursal ou agência por sociedade simples.

**e)** A administração da sociedade, na sociedade em nome coletivo, compete exclusivamente a sócios, sendo o uso da firma, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.

**26.** Assinale a afirmação incorreta sobre as sociedades limitadas e sobre as sociedades por ações.

**a)** O capital da sociedade limitada divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

**b)** O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.

**c)** Nas sociedades anônimas, ao conselho fiscal incumbe a fiscalização dos órgãos de administração, no interesse da companhia e dos acionistas. O conselho fiscal é de existência e funcionamento obrigatórios, seja nas sociedades anônimas fechadas, seja nas sociedades anônimas abertas.

**d)** A sociedade anônima adota denominação social.

**e)** A companhia pode negociar com as próprias ações em caso de aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucro ou reservas, exceto a

legal, e sem diminuição do capital social ou por doação.

**27.** Com respeito à realização do ativo na atual Lei de Falências, marque a forma de alienação dos bens do falido que tem a maior preferência.

- a)** Alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco.
- b)** Alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor.
- c)** Alienação da empresa, com a venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente.
- d)** Alienação do principal estabelecimento em bloco e dos demais bens isoladamente.
- e)** A venda dos bens individualmente considerados.

### DIREITO PENAL PROF. RENAN ARAÚJO

**28.** Lucas, com intenção de matar Maria, enviou uma carta-bomba no dia 10.01.2018, na cidade do Rio de Janeiro. A referida carta-bomba foi aberta por Maria no dia 20.01.2018, na cidade de Montevidéu (Uruguai), onde Maria residia. Neste caso:

- a)** Considera-se lugar do crime apenas a cidade de Montevidéu, e considera-se praticado o crime no dia 20.01.2018, dia em que o resultado se consumou.
- b)** Considera-se lugar do crime apenas a cidade do Rio de Janeiro, e considera-se praticado o crime no dia 20.01.2018, dia em que o resultado se consumou.
- c)** Considera-se lugar do crime tanto a cidade do Rio de Janeiro quanto a cidade de Montevidéu, e considera-se praticado o crime no dia 20.01.2018, dia em que o resultado se consumou.
- d)** Considera-se lugar do crime tanto a cidade do Rio de Janeiro quanto a cidade de Montevidéu, e considera-se praticado o crime no dia 10.01.2018, dia em que foi praticada a conduta.
- e)** Considera-se lugar do crime apenas a cidade do Rio de Janeiro, e considera-se praticado o crime no dia 10.01.2018, dia em que foi praticada a conduta.

**29.** José, ocupante de cargo em comissão em determinado órgão pertencente à administração pública direta, exige de Maria R\$ 10.000,00 para não atrasar o andamento de determinado requerimento formulado por esta perante aquele

órgão. Afirma José que se o valor não for pago, "fará de tudo para que o pedido não seja deferido pelo órgão". Maria, todavia, não cede à pressão, não paga o valor exigido e noticia o caso ao Ministério Público.

Neste caso:

- a)** José praticou o crime de concussão, em sua forma consumada, mesmo não tendo recebido os valores exigidos. Haverá, ainda, em desfavor de José, a aplicação de uma causa de aumento de pena, correspondente a um terço.
- b)** José praticou o crime de concussão, em sua forma tentada, por não ter ocorrido o resultado pretendido. Haverá, em desfavor de José, a aplicação de uma causa de aumento de pena, correspondente a um terço.
- c)** José praticou o crime de corrupção passiva, em sua forma tentada, por não ter ocorrido o resultado pretendido. Haverá, em desfavor de José, a aplicação de uma causa de aumento de pena, correspondente a um terço.
- d)** José praticou o crime de corrupção passiva, em sua forma consumada, mesmo não tendo recebido os valores exigidos. Não será aplicada qualquer causa de aumento de pena.
- e)** José praticou o crime de concussão, em sua forma consumada, mesmo não tendo recebido os valores exigidos. Não será aplicada qualquer causa de aumento de pena.

**30.** Marcelo, dono de determinado estabelecimento empresarial, fraudou a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos em livro exigido pela lei fiscal. Com isso, Marcelo conseguiu reduzir o pagamento de tributo devido pelas atividades empresariais desempenhadas.

Neste caso:

- a)** Marcelo praticou crime material contra a ordem tributária, sendo desnecessário o lançamento definitivo do tributo.
- b)** Marcelo praticou crime material contra a ordem tributária, sendo necessário o lançamento definitivo do tributo para que o delito se tipifique.
- c)** Marcelo praticou o crime de descaminho, sendo este um crime formal.
- d)** Marcelo praticou crime formal contra a ordem tributária, sendo desnecessário o lançamento definitivo do tributo para que o delito se tipifique.

e) Marcelo praticou mera infração fiscal, podendo ser autuado pelo órgão fiscal, mas não há prática de crime.

**INFORMÁTICA**  
**PROF. VICTOR DALTON**

**31.** Considere um banco de dados que registre informações sobre alunos, disciplinas e professores em uma faculdade. Sabe-se que um aluno pode cursar uma ou mais disciplinas, que cada disciplina é ministrada por um único professor e que cada disciplina aceita inscrições de um ou mais alunos.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. Alunos e professores têm relação N:M entre si.

II. É necessário criar uma tabela como relacionamento para relacionar as entidades professor e disciplina.

III. Cada professor ministra, necessariamente, uma única disciplina.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

**32.** Nas questão seguintes há referências a um banco de dados denominado banco BD, cujo esquema relacional e respectivo preenchimento são ilustrados a seguir.

**CLIENTE**

codigoC	nomeC	endereço
1001	Thiago	Rua A, 320
1002	Natália	Rua B, 20
1003	Maria	Rua C, 21

**PRODUTO**

codigoP	nomeP	preço	estoque
99	Cadeira	230,00	12
88	Mesa	300,00	3
77	Tapete	530,00	5
66	Almofada	70,00	12

**VENDA**

pedido	item	codigoC	codigoP	quantidade
1	1	1002	99	4
1	2	1002	88	1
12	1	1003	99	2
14	1	1003	66	4

São definidas para essas tabelas chaves primárias e/ou candidatas, de acordo com o quadro a seguir.

Tabela	Chave	Atributos que formam a chave
Cliente	primária	codigoC
Cliente	candidata	nomeC
Produto	primária	codigoP
Produto	candidata	nomeP
Venda	primária	pedido, item

Chaves estrangeiras (ou foreign keys) constituem um importante

conceito na construção de bancos de dados relacionais. No banco BD, o número de chaves estrangeiras que deveriam ser especificadas é:

- a) 1;
- b) 2;
- c) 3;
- d) 4;
- e) 5.

**33.** Relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Disco SSD
  2. Memória RAM
  3. Disco rígido
- ( ) Memória Volátil.
- ( ) Possui partes eletromecânicas.
- ( ) Utiliza memória Flash.
- ( ) Quanto maior o número de rotações por minuto, menor o tempo de acesso aos arquivos.
- ( ) Compartilha tecnologia com pendrives e cartões de memória.
- a) 2 - 3 - 1 - 3 - 1.

- b) 2 - 1 - 1 - 3 - 1.
- c) 1 - 1 - 2 - 3 - 1.
- d) 2 - 3 - 1 - 1 - 2.
- e) 2 - 3 - 1 - 2 - 2.

**34.** Acerca dos conceitos básicos sobre a segurança da informação, como se denomina a ferramenta de segurança muito utilizada, nos mais diversos sites web, com o intuito de evitar spams ou acessos diretos por robôs ou outros computadores, utilizando a aplicação de testes nos quais os seres humanos são submetidos a respostas consideradas de "difícil solução" para um computador?

- a) DDoS.
- b) Blockbuster.
- c) CAPTCHA.
- d) Firewall.
- e) Cloud computing.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO PROF. FÁBIO DUTRA

**35.** Assinale a alternativa incorreta, em relação aos privilégios concedidos pelo Código Tributário Nacional ao crédito tributário.

- a) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, exceto aos créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- b) Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado, mas prefere aos créditos relativos a remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares.
- c) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- d) A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- e) O CTN previu concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

**36.** Dispõe o art. 150, VI, "c", da CF/88, que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o

patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Acerca deste preceito imunitório, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, aponte a única alternativa correta:

a) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, c, da Constituição, não alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

b) Se o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da Constituição, for alugado a terceiros, não subsiste a imunidade sobre o IPTU incidente sobre tal imóvel.

c) A vedação à instituição de impostos sobre o patrimônio e a renda das entidades reconhecidas de assistência social que estejam vinculadas às suas finalidades essenciais é uma garantia constitucional. Por seu turno, existe a presunção de que o imóvel da entidade assistencial esteja afetado a destinação compatível com seus objetivos e finalidades institucionais. O afastamento da imunidade só pode ocorrer mediante a constituição de prova em contrário produzida pela administração tributária.

d) A imunidade prevista no art. 150, VI, c, da CF/88, está umbilicalmente ligada ao contribuinte de fato, já que nos tributos indiretos, esta é a figura que representa o consumidor final, que arca com o ônus dos tributos inclusos no valor pago pela mercadoria. Dessa forma, a imunidade em questão não alcança o contribuinte de direito.

e) A imunidade prevista no art. 150, VI, c, da CF, não abrange o ICMS incidente sobre a importação de mercadorias utilizadas na prestação de serviços específicos pelas entidades de assistência social.

**37.** Considerando as disposições da Lei Complementar 116/2003, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou ISSQN), assinale a alternativa correta:

a) O ISS incide sobre serviços de transporte de passageiros em região metropolitana, isto é,

trafegando entre dois Municípios distintos, bastando que a prestação do referido serviço comece e termine dentro do mesmo Município;

**b)** O ISS incide sobre serviços de comunicação;

**c)** O ISS incide sobre operações de locação de bens móveis, dissociadas da prestação de serviços;

**d)** O ISS incide sobre serviços definidos em lei complementar. Nesse sentido, a incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço;

**e)** O contribuinte do ISS é o tomador do serviço.

**38.** Considerando o que dispõe o Código Tributário Nacional a respeito da legislação tributária, aponte a única alternativa incorreta:

**a)** A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

**b)** Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.

**c)** Somente a lei pode estabelecer a instituição de tributos, ou a sua extinção, bem como a sua majoração ou sua redução, ressalvados os casos excepcionais.

**d)** São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.

**e)** A observância das normas complementares exclui a imposição de penalidades, mas não a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

**39.** João Antônio, advogado tributarista, foi consultado a respeito da incidência do ITCMD em transmissões de bens e direitos realizadas por alguns de seus clientes, tendo tomado nota das seguintes informações:

- Marcos, que, na data de seu falecimento, era domiciliado no Município de Porto Alegre/RS, deixou para sua filha, Juliana, domiciliada em Rio Branco/AC, o imóvel de sua propriedade, situado na cidade de Recife/PE.

- Carlos, domiciliado em Manaus/AM, possuía uma casa localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, que foi doada a seu filho Pedro, sendo este domiciliado em Vitória/ES, a fim de incentivá-lo a ir morar na capital carioca.

-Maria José, domiciliada no Município de Cuiabá/MT, era proprietária de um automóvel de luxo, o qual foi doado à sua prima, domiciliada em Curitiba/PR.

-Benedito, domiciliado em Curitiba/PR, possuía uma caderneta de poupança

em agência bancária da cidade de Bento Gonçalves/RS, com saldo no valor de R\$ 500.000,00, importância essa que foi doada a seu irmão Luiz, domiciliado na cidade de Manaus/AM.

- Leandro, domiciliado em Belo Horizonte/MG, possuía um imóvel situado em Porto Alegre/RS, e uma motocicleta, emplacada e guardada também na cidade de Porto Alegre, os quais foram doados a seu irmão Joaquim, domiciliado em Salvador/BA.

Com base no que dispõe a Constituição Federal acerca do ITCMD, a única resposta correta a ser dada pelo advogado João Antônio a seus clientes seria:

**a)** Sobre a quantia doada por Benedito a seu irmão Luiz incidirá ITCMD, devido

ao Estado do Rio Grande do Sul.

**b)** Sobre os bens doados por Leandro a seu irmão Joaquim incidirá ITCMD, sendo uma parcela desse imposto devida ao Estado da Bahia.

**c)** Sobre a herança deixada por Marcos a sua filha Juliana incidirá ITCMD, devido ao Estado do Rio Grande do Sul.

**d)** Sobre a doação de Maria José, o imposto será devido no Estado do Mato Grosso.

**e)** Sobre a doação de Carlos a seu filho Pedro, o imposto será devido no Estado do Espírito Santo.

**40.** Considerando exclusivamente o que foi previsto no Código Tributário Nacional acerca dos tributos e suas espécies, aponte a alternativa incorreta:

**a)** A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.

**b)** A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.

**c)** Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

**d)** A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**e)** As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte.

**41.** Aponte a única alternativa incorreta, no que se refere às repartições constitucionais das receitas tributárias:

**a)** Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos residuais;

**b)** Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

**c)** Pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

**d)** Pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

**e)** Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade aos

Municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o referido imposto.

**42.** Considere a seguinte situação hipotética: João possui um apartamento no centro do município do Rio de Janeiro. Em 30 de dezembro de 2011, João aliena este apartamento a José, sem quitar o IPTU relativo ao ano de 2010 e 2011.

Assumindo que o fato gerador deste imposto tem-se por ocorrido no dia 01 de janeiro de cada ano, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que indica quantas delas estão corretas.

I) José será contribuinte do IPTU relativo aos anos 2010 e 2011.

II) José será responsável pelo IPTU cujo fato gerador ocorrerá em 01 de janeiro de 2012.

III) Na situação apresentada, ocorreu sub-rogação pessoal dos créditos tributários relativos ao IPTU dos anos 2010 e 2011.

IV) Ainda que João tivesse quitado o IPTU, e fizesse constar na escritura pública de venda e compra do imóvel a prova de sua quitação, José poderia vir a ser responsabilizado pelo imposto, caso seja constatado *a posteriori* que o recolhimento foi indevido.

**a)** Nenhum item está correto.

**b)** Um item está correto.

**c)** Dois itens estão corretos.

**d)** Três itens estão corretos.

**e)** Quatro itens estão corretos.

**43.** Assinale a alternativa incorreta:

**a)** Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

**b)** A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no CTN como de indicação obrigatória no termo de inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

**c)** A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez, visto ser ela documento expedido por autoridade legalmente competente, tendo, ainda, o efeito de prova pré-constituída.

**d)** Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

**e)** A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

**44.** Considerando o tema decadência e prescrição tributária, bem como a jurisprudência pacífica do STJ, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) O prazo prescricional do crédito tributário pode ser interrompido por ato do sujeito passivo.

( ) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

( ) O prazo decadencial para a constituição do crédito tributário tem início, em regra, no primeiro dia do exercício subsequente àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. O fato de o sujeito passivo ser notificado do termo de início de ação fiscal não influencia a contagem do prazo decadencial.

( ) Nos casos em que não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente a partir do dia primeiro do ano seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

**a)** F, V, V, F

**b)** V, V, F, F

**c)** V, V, F, V

**d)** V, F, F, V

**e)** F, V, V, V

#### LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL – PROF. RAFAEL ROCHA

**45.** Assinale a opção correta, segundo a Constituição Federal de 1988:

**a)** O IPVA poderá ter alíquotas seletivas, em função do tipo e da utilização do veículo.

**b)** Com exceção do Imposto sobre importações, do Imposto sobre importações e do ICMS, nenhum outro tributo incidirá sobre operações relativas a energia elétrica.

**c)** As alíquotas do ICMS monofásico sobre lubrificantes e combustíveis serão definidas pelo CONFAZ.

**d)** As alíquotas do ICMS monofásico sobre lubrificantes e combustíveis poderão ser diferenciadas por produto e pelo uso.

**e)** O ICMS incidirá sobre o valor total da prestação de serviço quando este não for compreendido na competência tributária dos Municípios.

**46.** Com respeito à Lei Complementar 24/75 e aos convênios para concessão de benefícios fiscais do ICMS, celebrados no âmbito do CONFAZ, considere:

I. Haverá necessidade de convênio para a concessão de isenções, reduções da base de cálculo e concessões de créditos presumidos, bem como para benefícios financeiro-fiscais concedidos com base no ICMS, dos quais não resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do ônus com o ICMS.

II. Os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, as quais se realizarão com a presença de representantes de quatro quintos, pelo menos, das Unidades da Federação.

III. A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados. A revogação total ou parcial dos convênios dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes na reunião do CONFAZ.

IV. Os convênios entrarão em vigor no trigésimo dia após a publicação pelo Poder Executivo das Unidades da Federação presentes na reunião que concedeu o benefício de decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo previsto na legislação.

V. Mesmo as Unidades da Federação que não se tenham feito representar na reunião, embora regularmente convocadas, estão obrigadas pelos convênios ratificados.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II
- b) I e IV
- c) II e V
- d) III e IV
- e) III e V

**47.** Luis remeteu 100 camisas da matriz de sua empresa, localizada em Guará, para a filial, localizada em Ceilândia, ambas de sua propriedade. As camisas são de sua titularidade, conforme prova documental incontroversa, inclusive o pagamento do imposto devido por ocasião da aquisição das camisas. O auditor fiscal da Fazenda do Distrito Federal, no entanto, está a exigir o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) no deslocamento das mercadorias de uma para outra propriedade.

Nessa hipótese, a conduta da autoridade administrativa está

- a) incorreta, por que já foi pago na etapa anterior.
- b) correta, por haver diferimento do pagamento do tributo.
- c) incorreta, por ser mero deslocamento físico do gado.
- d) correta, por que há circulação da mercadoria.
- e) incorreta, já que há substituição tributária.

**48.** Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa CRVG Ltda. importou de um país signatário do GATT/OMC, pelo aeroporto internacional de Brasília, uma máquina para seu ativo imobilizado. O preço declarado nos documentos de importação foi de US\$ 15.000,00 e o pagamento da máquina ao exportador

estrangeiro foi feito ao câmbio de R\$ 3,00. A data constante do invoice era 03/01/18.

Em 28/02/2018 a máquina entrou em território nacional e foi submetida à apreciação da fiscalização. Por sua vez, a autoridade aduaneira fixou o valor de US\$ 19.000,00 como sendo a base de cálculo do imposto de importação.

A empresa arcou ainda com os seguintes ônus: a) US\$ 1.000,00 de imposto de importação, calculado à taxa de câmbio de R\$ 2,50; b) R\$ 3.700,00 de IPI; c) R\$ 1.300,00 de despesas aduaneiras diversas; e d) R\$ 500,00 de frete pelo transporte do porto até seu estabelecimento. Em 28/03/18 a máquina foi efetivamente desembarçada e, por fim, entrou fisicamente no estabelecimento do adquirente apenas no dia 01/04/18 (câmbio de R\$ 2,80).

Obs.: Desconsidere o FECOP em eventuais cálculos.

- a) A data da ocorrência do fato gerador é 01/04/18.
- b) A base de cálculo do ICMS na operação de importação é de R\$ 67.682,93
- c) A operação de importação estará isenta de ICMS, haja vista que a máquina foi adquirida de um país signatário do GATT/OMC.
- d) O ICMS devido por ocasião da importação é de R\$ 12.073,17.
- e) A operação de importação só estará isenta de ICMS, caso seja dado o mesmo tratamento ao seu similar nacional.

**49.** Ronaldo, auditor fiscal do Distrito Federal, ao auditar a empresa ESCORREGADIA LTDA relativamente aos exercícios de 2016 e 2017, verificou as seguintes infrações cometidas:

I. Falta de recolhimento de ICMS, em decorrência da não escrituração de documento fiscal relativo às operações de saída de mercadorias, referente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2016 e Janeiro de 2017;

II. Falta de recolhimento de ICMS, relativamente a ICMS devidamente declarado em GIA, referente aos meses de Abril, Maio e Julho de 2017;

III. Cancelamento extemporâneo de documentos fiscais eletrônicos, nos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2017.



Assim sendo, com base na legislação estadual, podemos afirmar que:

**a)** A multa aplicável em razão do cancelamento extemporâneo de documentos fiscais eletrônicos (item III) deverá ser em dobro, por se tratar de infração continuada.

**b)** Tendo em vista a reincidência específica quanto à infração discriminada no item I, a multa será aplicada em dobro.

**c)** Caracteriza a reincidência específica o descumprimento, por ação ou omissão, por mais de uma vez, de uma mesma obrigação principal, ainda que verificada em uma mesma ação fiscal.

**d)** Haverá infração continuada quando o agente, tendo cometido infração apurada em procedimento regular, venha a cometer o mesmo ilícito após a decisão administrativa irrecorrível a ele desfavorável.

**e)** Em relação à infração discriminada no item II, a multa aplicável será de 100% do valor do imposto não recolhido.

**50.** Com base na legislação acerca do ITCD, assinale a opção correta:

**a)** A renúncia translativa à herança não caracteriza fato gerador do ITCD.

**b)** Incide ITCD sobre a transmissão causa mortis de bens imóveis e de direitos a eles relativos, localizados no exterior, caso o inventário seja processado no Distrito Federal, ainda que o de cujus seja residente ou domiciliado no exterior.

**c)** Ficam isentos do ITCD os honorários do advogado contratado pelo inventariante, com homologação do juiz.

**d)** O ITCD incide na transmissão inter vivos gratuita de direitos relativos a bens imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

**e)** A transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento, não está sujeita ao ITCMD.

**51.** Marcelo, domiciliado no Distrito Federal, veio a falecer em Janeiro de 2018, deixando os seguintes bens a serem transmitidos:

- valor do seguro de vida: R\$ 100.000,00.

- veículo avaliado em R\$ 50.000,00.

- imóvel em Paris avaliado em R\$ 1.000.000,00

(OBS.: Considere que o arrolamento tem seu curso no Distrito Federal).

Sabendo que Héber, seu único herdeiro, é domiciliado em Pelotas (RS), assinale a opção correta:

**a)** Não é devido o ITCD para o Distrito Federal.

**b)** A base de cálculo do ITCD, devido ao Distrito Federal, é R\$ 50.000,00.

**c)** A base de cálculo do ITCD, devido ao Distrito Federal, é R\$ 150.000,00.

**d)** A base de cálculo do ITCD, devido ao Distrito Federal, é R\$ 1.050.000,00.

**e)** A base de cálculo do ITCD, devido ao Distrito Federal, é R\$ 1.150.000,00.

**52.** Com respeito à substituição tributária com antecipação dos efeitos do fato gerador, considere:

I. Na substituição tributária é assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga pelo substituído, caso não se realize o fato gerador presumido.

II. A lei poderá atribuir a sujeito ativo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

III. Na substituição tributária o fato gerador presumido não é provisório, mas definitivo, não dando ensejo à restituição ou complementação do imposto pago, senão, no primeiro caso, na hipótese de sua não realização final.

Está correto o que se afirma APENAS em

**a)** III.

**b)** I.

**c)** I e III.

**d)** II.

**e)** Não há item correto.

**53.** Mário, domiciliado em São Paulo, grande admirador de vinhos, resolve comprar uma garrafa de uma safra especial de 1996 do vinho SANGUEDEBOI, em 2018, para brindar o seu aniversário. Após muito pesquisar na internet, ele resolve comprar a garrafa da empresa OVINHO, localizada em Sobradinho/DF, que é optante do Simples Nacional. Com base no entendimento adotado pelo STF, pode-se afirmar que:

**a)** A alíquota aplicável à operação praticada é a interna.

- b)** Não haverá repartição do DIFAL.
- c)** O recolhimento do DIFAL é de responsabilidade do remetente, no presente caso.
- d)** Haverá repartição do DIFAL, cujo recolhimento é de responsabilidade do destinatário, na proporção de 80% para o Estado de São Paulo e 20% para o Distrito Federal.
- e)** Não pode ser atribuída ao remetente a responsabilidade pelo recolhimento do DIFAL.

**54.** Prescinde de lei complementar:

- a)** A disciplina sobre o regime de compensação do ICMS.
- b)** A previsão sobre casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias.
- c)** A fixação da base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.
- d)** A regulação da instituição do ITCD caso o donatário tenha domicílio ou residência no exterior.
- e)** A regulação da forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenção e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (COMPETÊNCIAS  
COMUNS COM OS MUNICÍPIOS)  
PROF. WAGNER DAMAZIO**

**55.** De acordo com o Regulamento do IPTU no Distrito Federal (Decreto nº 28.445, de 2007), analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - A alíquota do IPTU para terrenos não edificados é de 5%.

II - A alíquota do IPTU para terrenos com edificações em construção ou demolição, condenadas ou em ruínas, quando nelas se constatar a existência de dependências suscetíveis de utilização ou locação é de 3%.

III - A alíquota do IPTU para imóvel não residencial edificado é de 1,5%.

IV - A alíquota do IPTU para imóvel residencial portador de alvará de construção, pelo prazo improrrogável de 24 meses, contado da data de expedição do documento pelo órgão

competente, desde que o proprietário do imóvel não seja titular de outro, da mesma natureza, no Distrito Federal é de 1%

V - A alíquota do IPTU para imóvel edificado destinado exclusivamente para fins residenciais, conforme estabelecido na legislação específica, e para imóvel edificado, com utilização exclusivamente residencial, é de 0,5%.

- a)** todas as assertivas estão corretas
- b)** todas as assertivas estão incorretas
- c)** há apenas uma assertiva correta
- d)** há duas assertivas corretas
- e)** há três assertivas corretas

**56.** De acordo com o Regulamento do IPTU no Distrito Federal (Decreto nº 28.445, de 2007), analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa incorreta.

I - A falta de comunicação de mudança na utilização do imóvel no prazo de 30 dias da ocorrência implica presunção *juris et de jure* de que a mudança ocorreu na data do primeiro lançamento em que o contribuinte foi beneficiado com a redução de alíquota, e acarretará a perda do benefício, retroativa à data da concessão, com a aplicação das penalidades previstas em lei.

II - Na impossibilidade de apresentação de cópia de conta de energia elétrica ou declaração da CEB que indique a classe de consumo residencial, em se tratando de imóveis do tipo flat, quando integrante de condomínios para os quais inexistir conta de energia elétrica individualizada, o contribuinte, a fim de atualizar o cadastro e usufruir da alíquota de 0,3%, poderá apresentar requerimento ou reclamação nas Agências de Atendimento da Receita instruído com declaração do condomínio regularmente constituído de que o imóvel em questão tem utilização exclusivamente residencial.

III - Alternativamente à situação descrita na assertiva II, poderá o condomínio regularmente constituído apresentar junto às Agências de Atendimento da Receita declaração ou reclamação que apresente informação consolidada das unidades *flats* utilizadas para fins residenciais, identificando, no mínimo, o número da unidade.

IV - Ao imóvel edificado de natureza residencial que seja utilizado como residência e, simultaneamente, para atividade econômica,

aplica-se a alíquota de 0,3% se a atividade econômica for sujeita exclusivamente ao ISS.

V - Ao imóvel edificado de natureza residencial que seja utilizado como residência e, simultaneamente, para atividade econômica sujeita ao ICMS, aplica-se a alíquota de 0,3% relativamente à área utilizada como residência e 1% relativamente à área utilizada para atividade econômica.

- a) todas as assertivas estão corretas
- b) todas as assertivas estão incorretas
- c) há apenas uma assertiva incorreta
- d) há duas assertivas incorretas
- e) há três assertivas incorretas

**57.** De acordo com a Lei Complementar nº 435, de 2001, e o Regulamento do IPTU no Distrito Federal (Decreto nº 28.445, de 2007), assinale a alternativa correta.

O pagamento do IPTU poderá ser exigido em até \_\_\_\_\_ parcelas, isoladamente ou em conjunto com \_\_\_\_\_, conforme calendário e valor mínimo de cada parcela, estabelecidos em ato \_\_\_\_\_.

Os valores expressos em moeda corrente nacional na legislação do Distrito Federal deverão ser atualizados anualmente pelo \_\_\_\_\_.

- a) 6; a Taxa de Limpeza Pública – TLP; da Secretaria de Estado de Fazenda; Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC
- b) 10; a Taxa de Coleta de Lixo – TCL; da Secretaria de Estado de Fazenda; Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic
- c) 12; a Taxa de Iluminação Pública - TIP; do Governo do Distrito Federal; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA
- d) 6; a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP; da Secretaria de Estado de Fazenda; Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna - IGP-DI
- e) 10; a Taxa de Varrição Pública – TVP; do Governo do Distrito Federal; Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M

**58.** De acordo com a legislação relativa ao ITBI no Distrito Federal (Lei nº 3.830, de 2006, e o Regulamento do ITBI, Decreto nº 27.576, de 2006), assinale a alternativa correta. Caio integraliza em 31 de dezembro de 2013 capital

social da empresa “Uma Vaga no DF é Minha LTDA”, constituída na mesma data e no qual ele integra o quadro societário, com um bem imóvel de sua propriedade localizado no Distrito Federal. Considerando que o objeto social da pessoa jurídica é uma holding familiar e considerando o quadro de receitas abaixo apresentadas da aludida PJ (receitas em milhares de reais), avalie se haverá incidência ou não do ITBI:

	2010	2011	2012	2013
Receita Imobiliária	200	50	30	80
Receita não imobiliária	80	10	20	60
	2014	2015	2016	2017
Receita Imobiliária	200	380	300	100
Receita não imobiliária	320	250	300	0

- a) Haverá incidência do ITBI porque a receita preponderante no período de análise foi imobiliária: aproximadamente 50,3% de receita imobiliária.
- b) Não haverá incidência do ITBI porque a receita preponderante no período de análise não foi imobiliária: aproximadamente 49,7% de receita imobiliária.
- c) Haverá incidência do ITBI porque a receita preponderante no período de análise foi imobiliária: aproximadamente 51,5% de receita imobiliária.
- d) Haverá incidência do ITBI porque a receita preponderante no período de análise foi imobiliária: aproximadamente 48,5% de receita imobiliária.
- e) Não haverá incidência do ITBI porque a receita preponderante no período de análise não foi imobiliária: aproximadamente 48% de receita imobiliária.

**59.** De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 937, de 22 de dezembro de 2017, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - A Lei Complementar Distrital nº 937, de 22 de dezembro de 2017, incorporou à legislação distrital relativa ao ISS as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 157, de 2016, na Lei Complementar Federal nº 116, de 2003.

II - A alíquota mínima do ISS é de 2%, exceto para os serviços descritos nos subitens 7.02,

7.04 e 7.05 da lista de serviços que podem ser objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2%.

III - É nula a lei ou o ato que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima de 2% no caso de serviço prestado por estabelecimento localizado no Distrito Federal a tomador ou intermediário localizado em outro município ou no próprio Distrito Federal.

IV - A nulidade da lei que desrespeita a alíquota mínima gera, para o tomador do serviço, perante o Distrito Federal, o direito à restituição do valor efetivamente pago do ISS calculado sob a égide da lei nula.

V - As alterações e acréscimos promovidos na lista de serviços entraram em vigor no Distrito Federal no dia da publicação da Lei Complementar Distrital nº 937, que foi em 26 de dezembro de 2017, mas a produção dos seus efeitos para os novos serviços ou os alterados só ocorreu em 1º de janeiro de 2018, em respeito ao princípio da anterioridade.

- a) todas as assertivas estão corretas
- b) todas as assertivas estão incorretas
- c) há apenas uma assertiva correta
- d) há duas assertivas corretas
- e) há três assertivas corretas

**60.** De acordo com a Legislação do ISS no Distrito Federal, os serviços especificados na lista anexa à Lei Complementar nº 937, de 2017, ficam sujeitos exclusivamente ao ISS ainda que a respectiva prestação envolva fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções expressas na referida lista. Assinale a alternativa que apresenta um serviço que incidirá o ISS, sem qualquer cobrança de ICMS sobre a mercadoria fornecida.

- a) Serviço de obras de construção civil quando houver fornecimento de mercadoria produzida pelo prestador do serviço fora do local da prestação.
- b) Serviço de conservação de porto quando houver fornecimento de mercadoria produzida pelo prestador do serviço fora do local da prestação.

c) Serviço de lubrificação, limpeza, lustração, revisão, conserto, restauração, manutenção e conservação de aeronaves quanto às peças e partes empregadas.

d) Serviço de recondicionamento de motores quanto às peças e partes empregadas.

e) Serviço de hospedagem em hotel quanto à alimentação e gorjeta incluídos na diária.

**61.** Com base no Regulamento do ISS no Distrito Federal (Decreto nº 25.508, de 2005), analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - A base de cálculo do ISS é o preço do serviço, aí incluído tudo o que for cobrado em virtude de sua prestação, tai como: os valores acrescidos a qualquer título e os encargos de qualquer natureza, inclusive valores porventura cobrados em separado; descontos, diferenças ou abatimentos concedidos sob condição, assim entendidos os que estiverem subordinados a eventos futuros e incertos; ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado.

II - Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista de serviços forem prestados no território do Distrito Federal e no de um ou mais municípios, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada município e no Distrito Federal.

III - Não se incluem na base de cálculo do ISS o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista, desde que estes materiais sejam incorporados diretamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação, e a data da emissão da nota fiscal dos materiais se referirem ao mesmo período da medição ou conclusão da etapa.

IV - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou prestados por sociedade uniprofissional, o ISS não será quantificado por meio de alíquota *ad valorem* e *ad rem*.

V - Quando se tratar de serviço constante no subitem 19.01 da lista de serviços, o preço do serviço é o valor da comissão recebida.

- a) todas as assertivas estão incorretas
- b) todas as assertivas estão corretas

- c) há apenas uma assertiva incorreta
- d) há duas assertivas incorretas
- e) há três assertivas incorretas

**62.** Com base no Regulamento do ISS no Distrito Federal (Decreto nº 25.508, de 2005), assinale a alternativa que apresenta serviço sujeito à alíquota de 5%:

- a) Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.
- b) Manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- c) Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
- d) Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
- e) Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

**63.** De acordo com a legislação tributária do Distrito Federal, são isentos da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, exceto:

- a) os Estados estrangeiros, quanto às unidades consumidoras ocupadas pelas sedes das respectivas embaixadas e consulados, desde que haja reciprocidade de tratamento ao Governo Brasileiro e seus funcionários
- b) os Estados estrangeiros, quanto às unidades consumidoras que servirem de residência aos agentes diplomáticos acreditados no País, desde que haja reciprocidade de tratamento ao Governo Brasileiro e seus funcionários
- c) as unidades consumidoras utilizadas como templos de qualquer culto e cujos titulares ou responsáveis sejam entidades religiosas
- d) os contribuintes das unidades consumidoras residenciais nas faixas de consumo mensal de 0-30, 31-50 e 51-80 KWh
- e) as repartições públicas dos órgãos da Administração Direta do Distrito Federal, bem como de suas Autarquias e Fundações.

**64.** De acordo com a Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011 (Lei do PAF, com alterações posteriores), assinale a opção incorreta.

a) O TARF é integrado por quatorze conselheiros efetivos e igual número de suplentes, de reconhecida competência e possuidores de conhecimentos especializados em assuntos tributários, sendo sete representantes da Fazenda do Distrito Federal e sete representantes dos contribuintes, todos nomeados pelo Governador do Distrito Federal para mandato de 3 (três) anos, admitida uma única recondução, a critério da autoridade competente.

b) Os representantes dos contribuintes e respectivos suplentes serão escolhidos dentre lista tríplice apresentada pelas entidades representativas do comércio, da indústria, dos proprietários de imóveis, dos transportes, das instituições de ensino, dos serviços, da comunicação e da agricultura.

c) Os representantes do Distrito Federal serão escolhidos dentre servidores integrantes da carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal, com, no mínimo, três anos de efetivo exercício, mediante lista tríplice resultante de processo seletivo interno, na forma estabelecida em regulamento aprovado pelo Secretário de Estado de Fazenda.

d) O TARF funcionará com duas Câmaras e um Pleno.

e) As decisões do Tribunal Pleno e das Câmaras serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao respectivo Presidente o voto de qualidade.

#### AUDITORIA PROF. CLAUDENIR BRITO

**65.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

(I) Ao definir os testes de controles e os testes de detalhes, o auditor deve determinar meios para selecionar itens a serem testados que sejam eficazes para o cumprimento dos procedimentos de auditoria.

(II) Se o auditor tem dúvidas quanto à confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, ele deve determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e deve considerar o efeito desse assunto, se houver, sobre outros aspectos da auditoria.

(III) Quando o auditor pretende usar as informações obtidas em sua experiência prévia junto à entidade e em procedimentos de auditoria executados em auditorias anteriores, o

auditor deve determinar se as mudanças que ocorreram desde a auditoria anterior podem afetar a sua relevância para a auditoria corrente.

(IV) Os procedimentos de auditoria para obter evidência de auditoria podem incluir a inspeção, observação, confirmação, recálculo, reexecução e procedimentos analíticos, muitas vezes em combinação, além da indagação. Embora a indagação possa fornecer importante evidência de auditoria e possa produzir evidência de distorção, a indagação, sozinha, geralmente não fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação nem da eficácia operacional dos controles.

(V) A suficiência e adequação da evidência de auditoria estão inter-relacionadas. A suficiência é a medida da quantidade de evidência de auditoria. A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção (quanto mais elevados os riscos avaliados, maior a probabilidade de que seja exigida mais evidência de auditoria) e também pela qualidade de tal evidência de auditoria (quanto maior a qualidade, menos evidência pode ser exigida). A obtenção de mais evidência de auditoria, porém, não compensa a sua má qualidade.

- a) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) As alternativas I, II e III estão corretas.
- e) Somente a alternativa IV está errada.

**66.** Acerca da Amostragem de Auditoria, assinale a alternativa correta:

I - Não se recomenda a utilização de amostragem para os casos em que a população é considerada muito pequena ficando a amostra relativamente grande.

II - A amostragem tem como objetivo conhecer as características de interesse de uma determinada população a partir de uma parcela representativa.

III - O método de amostragem é aplicado como forma de viabilizar a realização das auditorias em situações em que o objeto alvo da ação se apresenta em grandes quantidades e/ou se distribui de maneira bastante pulverizada.

IV - Uma das razões que enfraquecem a utilização da amostragem é a confiabilidade dos

dados. Devido ao número reduzido de elementos a confiabilidade se torna menor, o que pode apresentar erros nas respostas.

V - É altamente recomendável a utilização de amostragem para uma população cujas características sejam de fácil mensuração.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas II e III;
- c) Somente a alternativa I está errada.
- d) As alternativas IV e V estão erradas.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

**67.** De acordo com a NBC TA 230, do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da responsabilidade do auditor na elaboração da documentação de auditoria para a auditoria das demonstrações contábeis, Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão "papéis de trabalho"). Em relação aos papéis de trabalho do auditor, assinale a alternativa incorreta. O auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor experiente, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, entenda

a) a natureza dos procedimentos de auditoria executados para cumprir com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.

b) a época e extensão dos procedimentos de auditoria executados para cumprir com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.

c) assuntos significativos identificados durante a auditoria, as conclusões obtidas a respeito deles e os julgamentos profissionais significativos exercidos para chegar a essas conclusões.

d) os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.

e) o ambiente de negócios em que opera a entidade.

**68.** O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em

conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável, objetivando validar e certificar a adequação dessas demonstrações em face das normas brasileiras de contabilidade e das práticas contábeis em vigor no Brasil. A maior parte do trabalho do auditor para formar sua opinião consiste na obtenção e avaliação da evidência de auditoria. Os procedimentos de auditoria para obter evidência de auditoria podem incluir a inspeção, observação, confirmação, recálculo, reexecução e procedimentos analíticos, muitas vezes em combinação, além da indagação, e estão divididos em dois grandes conjuntos de testes: os testes de observância (ou aderência) e os testes substantivos. Os primeiros objetivam verificar a existência, efetividade, adequação e confiabilidade do controle interno da empresa, com vistas a determinar, em um segundo momento, o volume de testes substantivos a serem aplicados nas diversas áreas a serem testadas. Os testes substantivos compreendem duas categorias: os de transações e saldos e os procedimentos de revisão analítica. Os testes de observância, como o próprio nome evidencia, buscarão validar se as transações contabilizadas de fato ocorreram (em determinadas situações, as empresas registram operações fictícias, sem suporte documental, com o objetivo de mascarar determinada evidência ou apresentar uma situação diferente da real) e se os saldos correspondem à realidade. Ao final dos trabalhos, o auditor evidenciará sua opinião em um documento denominado "relatório do auditor independente". Nele, caso opte pela modalidade "opinião não modificada", é correto afirmar que:

- a)** o trabalho de auditoria foi bem realizado, tendo sido todos os procedimentos listados no planejamento efetivamente executados, sem necessidade de ajustes no plano de trabalho elaborado na fase de planejamento.
- b)** serve como garantia de viabilidade futura, ou seja, a empresa deverá continuar a operar normalmente por, pelo menos, mais um exercício, com lucros consistentes e, de preferência, com caixa e dívida equilibrados.
- c)** não se detectaram impropriedades relevantes ou, em caso afirmativo, elas foram adequadamente ajustadas nas demonstrações.
- d)** a administração da entidade auditada atuou de forma eficiente e eficaz, tendo optado, na maior parte do tempo, por decisões mais acertadas, demonstrando boa governança.

**e)** houve limitações significativas no escopo do trabalho, que dificultaram a obtenção de evidências suficientes e adequadas pelo auditor.

**69.** Durante a aplicação dos procedimentos de auditoria, no curso de auditoria independente contratada pela empresa JRML Máquinas Industriais, os auditores independentes constataram irregularidades a seguir.

- Registro incorreto de gastos de manutenção do Ativo Imobilizado de R\$ 40.000,00 como despesas, em vez de acréscimo ao valor dos bens.

- Insuficiência na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 22.000,00.

- Falta de registro contábil de duplicatas já pagas, mantidas incorretamente no Passivo Circulante, no valor de R\$ 16.000,00.

- Falta de registro de adiantamento a empregados no valor de R\$ 4.000,00.

Após efetuados os devidos lançamentos de ajuste recomendados pelo auditor para sanar essas irregularidades, podemos afirmar que o resultado da companhia sofreu a seguinte alteração:

**a)** diminuiu r\$ 18.000,00.

**b)** diminuiu r\$ 25.000,00.

**c)** permaneceu inalterado.

**d)** aumentou r\$ 18.000,00.

**e)** aumentou r\$ 62.000,00.

#### CONTABILIDADE GERAL PROF. GABRIEL RABELO

**70.** Em 31/12/2016 a Cia. KLS adquiriu 60% das ações da Cia. GRS por R\$ 9.000.000,00 à vista. Na data da aquisição o Patrimônio Líquido contábil da GRS era R\$ 14.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 18.000.000,00, sendo que a diferença era decorrente da avaliação a valor justo de um terreno que a Cia. GRS havia adquirido dois anos antes.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017 a Cia. GRS reconheceu as seguintes mudanças em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido: R\$ 500.000,00

- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00

– Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 100.000,00 (valor negativo)

O valor reconhecido no Balanço Patrimonial individual da Cia. KLS, na conta Investimentos em Controladas, em 31/12/2016 e 31/12/2017 foram, respectivamente,

**a)** R\$ 10.800.000,00 e R\$ 10.980.000,00.

**b)** R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.180.000,00.

**c)** R\$ 10.800.000,00 e R\$ 11.040.000,00.

**d)** R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.240.000,00.

**e)** R\$ 8.400.000,00 e R\$ 8.700.000,00.

**71.** Em 01.01.2017, a empresa Julinho Cardozo & Cia Ltda adquiriu uma autorização para exploração da rota entre Vitória e Rio de Janeiro por R\$ 100.000,00. A autorização pode ser renovada a cada 4 anos e a companhia aérea sinaliza que deseja a renovação nas próximas oportunidades. A renovação de autorização de todas tem custo insignificante para a empresa. Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil da autorização de rota pela empresa aérea, no momento em que adquiriu a autorização e nos anos seguintes.

**a)** Reconhecimento de despesa operacional de R\$ 100.000,00

**b)** Reconhecimento de R\$ 25.000,00 no ativo circulante e de R\$ 75.000,00 no ativo realizável a longo prazo. Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.

**c)** Reconhecimento de R\$ 100.000,00 no ativo realizável a longo prazo, Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 400.000,00, após quatro anos.

**d)** Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00, que não deve ser amortizado.

**e)** Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00. Deve-se reconhecer amortização de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.

**72.** Em 31/12/2017, a Cia. Estratégia Concursos possuía em seu balanço patrimonial uma sala comercial. O valor contábil da sala comercial era de R\$ 60.000 e ela estava contabilizada no Ativo Imobilizado, uma vez que era utilizada nos negócios da empresa.

Em 05/01/2018, a direção da empresa decidiu colocar a sala comercial à venda, passando a

contabilizá-la no Ativo não Circulante Mantido para a Venda. Na data, seu valor justo era de R\$ 50.000.

Assinale a opção que indica, respectivamente, o valor pelo qual a sala comercial deve ser contabilizada no Ativo não Circulante Mantido para a Venda e onde deve ser contabilizada a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

**a)** R\$ 50.000; despesa.

**b)** R\$ 50.000; ajuste de avaliação patrimonial.

**c)** R\$ 50.000; redutora do ativo.

**d)** R\$ 60.000; receita.

**e)** R\$ 60.000; ajuste de avaliação patrimonial.

**73.** Uma sociedade empresária possuía, em 31/12/2016, dois terrenos, um destinado à venda e outro ao uso. O primeiro estava contabilizado por R\$ 100.000 no Ativo Circulante como estoque. Já o segundo, estava contabilizado por R\$ 100.000 no Ativo Imobilizado.

Com o objetivo de valorização do capital, em 2017, a sociedade empresária transferiu os dois terrenos para a conta Propriedade para Investimento, passando a contabilizá-los pelo valor justo, que era de R\$ 120.000 e de R\$ 180.000.

Assinale a opção que indica os lançamentos corretos feitos pela

sociedade empresária no momento da transferência dos terrenos.

**a)**

D - Propriedade para investimento: R\$ 120.000;

C - Ativo Circulante: R\$ 100.000;

C - Receita: R\$ 20.000;

D - Propriedade para investimento: R\$ 180.000;

C - Ativo Imobilizado: R\$ 100.000;

C - Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 80.000.

**b)**

D - Propriedade para investimento: R\$ 120.000;

C - Ativo Circulante: R\$ 100.000;

C - Receita: R\$ 20.000;

D - Propriedade para investimento: R\$ 180.000;



C - Ativo Imobilizado: R\$ 100.000;

C - Receita: R\$ 80.000.

**c)**

D - Propriedade para investimento: R\$ 120.000;

C - Ativo Circulante: R\$ 100.000;

C - Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 20.000;

D - Propriedade para investimento: R\$ 180.000;

C - Ativo Imobilizado: R\$ 100.000;

C - Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 80.000.

**d)**

D - Propriedade para investimento: R\$ 120.000;

C - Ativo Circulante: R\$ 100.000;

C - Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 20.000;

D - Propriedade para investimento: R\$ 180.000;

C - Ativo Imobilizado: R\$ 100.000;

C - Receita: R\$ 80.000.

**e)**

D - Propriedade para investimento: R\$ 120.000;

C - Ativo Circulante: R\$ 100.000;

C - Ganho: R\$ 20.000;

D - Propriedade para investimento: R\$ 180.000;

C - Ativo Imobilizado: R\$ 100.000;

C - Ganho: R\$ 80.000.

**74.** Nos termos do definido no CPC-27 "Ativo Imobilizado", aprovado pela Comissão de Valores Imobiliários, e na NBC TG 27, assinale a opção correta.

**a)** Os custos para implantação de um Ativo Imobilizado devem ser lançados a título de despesas operacionais.

**b)** Ativos Imobilizados não se submetem a teste de impairment.

**c)** Custos com mão de obra para manutenção corretiva de Ativos Imobilizados devem ser agregados ao seu valor contábil.

**d)** Os custos decorrentes de paradas programadas, previstas pelo fabricante para a manutenção operacional de um Ativo

Imobilizado, devem ser agregados ao seu valor contábil.

**e)** O preço de aquisição de um Ativo Imobilizado deve ser deduzido dos valores correspondentes a impostos não recuperáveis, que devem ser segregados e contabilizados na conta "Despesas com Tributos".

**75.** Em 31/12/2015 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 1.000.000,00 com as seguintes características:

– Prazo total: 6 anos

– Taxa de juros compostos: 10% ao ano

– Pagamentos: parcelas iguais e anuais de R\$ 229.607,00

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 30.000,00, pagos no ato da assinatura, fazendo com que a taxa de custo efetivo do empréstimo fosse 11% ao ano. Sabendo que a empresa efetuou o pagamento da primeira parcela na data do vencimento, o

**a)** saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi R\$ 847.093,00.

**b)** valor dos encargos financeiros de 2016 foi R\$ 100.000,00.

**c)** valor dos encargos financeiros de 2016 foi R\$ 229.607,00.

**d)** impacto total no passivo, no momento da captação, foi R\$ 1.000.000,00.

**e)** saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi R\$ 870.393,00.

**76.** No ano de 2013, uma empresa construiu uma máquina para usar em seus negócios. Os custos com a construção da máquina foram:

Matéria prima: R\$ 40.000,00;

Mão de obra: R\$ 25.000,00;

Juros sobre empréstimo: R\$ 15.000,00;

Depreciação dos ativos imobilizados utilizados no processo de Construção: R\$ 10.000,00.

Dado que esse foi o único evento da empresa em 2013, o valor adicionado a distribuir no ano foi de

**a)** R\$ 15.000,00.

**b)** R\$ 25.000,00.

- c) R\$ 40.000,00.  
 d) R\$ 80.000,00.  
 e) R\$ 90.000,00.

**77.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, a mensuração do valor justo presume que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorre no mercado principal para o ativo ou para o passivo.

Na ausência do mercado principal, deve-se presumir a transferência

- a) no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.  
 b) no mercado que oferece os maiores preços de compra para o ativo.  
 c) no mercado que oferece os melhores prazos para o passivo.  
 d) no mercado geograficamente mais perto de onde acontecem as transações.  
 e) com base em fatos de exercícios passados.

**78.** O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data. Assim fez a empresa Gabriel Rabelo, em 31 de dezembro de 2012, com os elementos abaixo relacionados.

Receitas de Vendas	R\$ 5.500,00
Caixa	R\$ 900,00
Ações de Coligadas	R\$ 2.100,00
Capital Social	R\$ 14.000,00
Títulos a Pagar	R\$ 2.100,00
ICMS sobre Vendas	R\$ 600,00
Clientes	R\$ 2.200,00
Provisão p/ Perdas em Investimentos	R\$ 300,00
Capital a realizar	R\$ 2.500,00
Fornecedores	R\$ 2.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 2.720,00
Duplicatas a Receber	R\$ 2.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 2.300,00
Reserva Legal	R\$ 400,00
Impostos a Recolher	R\$ 1.100,00

Despesas de Aluguéis	R\$ 830,00
Mercadorias	R\$ 3.200,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 9.000,00
Reserva de Capital	R\$ 500,00
Provisão para o Imposto de Renda	R\$ 790,00
Comissões Passivas	R\$ 170,00
Despesas do Exercício Seguinte	R\$ 800,00
Depreciação Acumulada	R\$ 1.800,00
Ações em Tesouraria	R\$ 300,00
Contribuições a Recolher	R\$ 200,00
Receitas Financeiras	R\$ 110,00
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ 120,00
Salários a Pagar	R\$ 1.700,00
Títulos a Receber LP	R\$ 1.000,00

Na demonstração de contas e saldos acima, uma vez organizado corretamente o Balanço, vamos encontrar um

- a) resultado líquido do exercício de R\$ 1.180,00.  
 b) passivo circulante de R\$ 7.690,00.  
 c) ativo circulante de R\$ 9.100,00.  
 d) patrimônio líquido de R\$ 12.100,00.  
 e) ativo não circulante de R\$ 12.300,00.

**79.** Uma empresa aplicou R\$ 120.000,00 em ativos financeiros, sendo R\$ 50.000,00 em títulos classificados como mantidos dentro de modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e R\$ 70.000,00 em títulos classificados dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. As aplicações foram efetuadas no dia 31/12/2018 e todos os títulos remuneram a taxa de juros compostos de 10% ao ano. Em 31/12/2019, os valores justos de negociação dos dois títulos no mercado eram os seguintes:

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/12/2019 (R\$)
Receber fluxos de caixa contratuais	52.000
receber fluxos de caixa contratuais/venda de ativos financeiros	80.000

Os valores em reais que deveriam ser apresentados no Balanço Patrimonial, em 31/12/2019, para os títulos que a empresa mantém para receber fluxos de caixa contratuais e para os títulos para receber fluxos de caixa contratuais/venda de ativos financeiros, eram, respectivamente,

- a) 52.000,00 e 77.000,00.
- b) 52.000,00 e 80.000,00.
- c) 55.000,00 e 80.000,00.
- d) 55.000,00 e 77.000,00.
- e) 55.000,00 e 70.000,00.

**CONTABILIDADE DE CUSTOS**  
**PROF. LUCIANO ROSA**

**80.** A empresa ABC produz um único produto e realizou uma análise da relação custo-volume-lucro referente ao mês de novembro de 2014, obtendo as seguintes informações:

Margem de Contribuição por unidade: R\$ 15,00

Ponto de Equilíbrio Contábil: 500 unidades<sup>7</sup>

Ponto de Equilíbrio Econômico: 580 unidades

Margem de Segurança Operacional: 20%

Grau de Alavancagem Operacional: 5

Com base nessas informações, em novembro de 2014,

- a) a produção e venda foi de 600 unidades.
- b) o lucro operacional objetivado foi R\$ 8.700,00.
- c) a margem de contribuição total apurada foi R\$ 9.375,00.
- d) o lucro operacional apurado foi R\$ 1.200,00.
- e) um aumento de 5% no volume de vendas geraria um aumento de 5% no lucro operacional.

**81.** A empresa Plix Ltda. iniciou suas atividades no dia 01/11/2014. Ela produz embalagens para 100 ml de shampoo e adota o custeio por processo. Nos dois primeiros meses de funcionamento, incorreu nos seguintes custos, em reais:

	Novembro/2014	Dezembro/2014
Matéria prima	1.170,00	1.337,00

Mão de obra direta	975,00	955,00
Custos Indiretos de Produção	1.755,00	1.910,00

Os números relativos ao volume físico da produção foram, em unidades:

	Novembro/2014	Dezembro/2014
Iniciadas	1.000	950
Acabadas	900	970
Em processamento	100	80

As unidades em processamento, tanto no final de novembro quanto no final de dezembro, receberam 75% de todo o processamento necessário para serem acabadas.

Considerando que a empresa utiliza o método de custeio por absorção e adota o critério PEPS para a avaliação dos estoques, o valor do custo da produção acabada no mês de dezembro de 2014, em reais, foi

- a) 4.202,00.
- b) 4.239,75.
- c) 3.828,00.
- d) 4.238,00.
- e) 3.938,00.

**82.** Uma empresa apura os custos da produção vendida utilizando dois métodos: método do custeio por absorção e método do custeio variável.

No início do período, não havia em estoque unidades acabadas ou semiacabadas. No mês, foram iniciadas e terminadas 6.000 unidades, das quais 4.000 unidades foram vendidas. No final do período, a empresa apurou resultado líquido de R\$ 310.000,00, pelo custeio variável, e R\$ 340.000,00, pelo custeio por absorção.

Levando-se em consideração que os custos variáveis representam 50% do preço de venda, os valores do preço unitário de venda, custo unitário variável e custo fixo total do mês são, respectivamente:

- a) R\$ 200,00, R\$ 100,00 e R\$ 90.000,00

- b) R\$ 180,00, R\$ 90,00 e R\$ 60.000,00  
 c) R\$ 160,00, R\$ 80,00 e R\$ 60.000,00  
 d) R\$ 120,00, R\$ 60,00 e R\$ 90.000,00  
 e) R\$ 100,00, R\$ 50,00 e R\$ 50.000,00

**83.** Para produzir seu único produto, determinada empresa industrial incorreu nos seguintes gastos durante o mês de dezembro de 2012:

Compra de matéria prima: R\$ 25.000,00 (valor líquido dos tributos recuperáveis)

Fretes e seguros na aquisição da matéria prima: R\$ 1.500,00 (não inclusos no valor da matéria prima acima).

Mão de obra direta: R\$ 8.000,00

Remuneração da supervisão da fábrica: R\$ 15.000,00

Remuneração da administração geral da empresa: R\$ 20.000,00

Depreciação referente aos ativos utilizados na produção: R\$ 11.000,00

Comissão dos vendedores: R\$ 4.000,00

Outros custos indiretos de produção: R\$ 6.000,00

Materiais de consumo da administração geral da empresa: R\$ 400,00

Encargos financeiros de empréstimos obtidos: R\$ 1.000,00

Os gastos da administração geral da empresa não são rateados para o setor de produção, não havia produtos em elaboração no início e no fim do mês de dezembro de 2012 e os estoques inicial e final de matéria prima eram, respectivamente, R\$ 4.500,00 e R\$ 8.000,00.

Sabendo que a empresa utiliza o método de custeio por absorção e opera em sua capacidade normal de produção, o custo da produção acabada no período, em reais, foi de

- a) 71.500,00.  
 b) 68.000,00.  
 c) 66.500,00.  
 d) 63.000,00.  
 e) 61.500,00.

**84.** A Cia. Especializada S.A. produz os produtos, A, B e C utilizando um único departamento. Ao analisar o processo produtivo no mês de julho de 2014, a Cia. obteve as seguintes informações:

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta
A	R\$ 100/unidade	R\$ 200/unidade
B	R\$ 200/unidade	R\$ 100/unidade
C	R\$ 300/unidade	R\$ 100/unidade
Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
2.000	R\$ 1.500/unidade	2h/unidade
1.000	R\$ 1.300/unidade	1h/unidade
1.500	R\$ 2.000/unidade	2h/unidade

A Cia. Especializada S.A. utiliza o custeio por absorção e os custos indiretos totais, incorridos no mês de julho de 2014, foram de R\$ 2.800.000,00, os quais são alocados aos produtos em função da quantidade de horas da mão de obra direta utilizada no período.

Sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, os custos unitários de produção dos produtos A, B e C, no mês de julho de 2014, foram, respectivamente, em reais,

- a) 300,00; 300,00; 400,00.  
 b) 922,00; 922,00; 1.022,00.  
 c) 1.000,00; 650,00; 1.100,00.  
 d) 100,00; 200,00; 300,00.  
 e) 860,00; 860,00; 960,00.

**85.** Considere as informações da Cia. Alfa, referentes ao mês de dezembro de 2014:

ITENS	Ração Tipo A	Ração Tipo B
Quantidade produzida (em Kg)	200.000	400.000
Quantidade vendida (em Kg)	180.000	360.000
Preço de venda bruto (por Kg)	R\$ 2,00	R\$ 1,50
Matéria prima (por Kg produzido)	R\$ 0,84	R\$ 0,63

Mão de obra direta (por Kg produzido)	R\$ 0,20	R\$ 0,20
Comissões sobre o preço bruto de vendas	6%	6%
Tributos sobre vendas	12%	12%

No início do mês de dezembro de 2014 não havia estoques iniciais de produtos acabados e em elaboração e, no final deste mês, não havia estoques de produtos em elaboração. Os custos fixos indiretos e as despesas fixas indiretas mensais são, respectivamente, R\$ 20.000,00 e R\$ 10.000,00.

Considerando que a empresa utiliza como critério de rateio o custo total de matéria prima, os valores dos estoques finais de ração tipo A e de ração tipo B em 31/12/2014, pelo método de custeio por absorção são, respectivamente, em reais,

- a) 22.000,00 e 35.000,00.
- b) 21.600,00 e 34.400,00.
- c) 23.200,00 e 36.800,00.
- d) 21.940,00 e 34.040,00.
- e) 24.000,00 e 38.000,00.

**ECONOMIA**  
**PROF. HEBER CARVALHO**

**86.** Os impostos progressivos têm como característica:

- a) a taxa marginal de imposto sobre a renda mais alta que a taxa média para todo o nível de renda dos contribuintes, sem efeitos perversos sobre o incentivo de aumentar a renda.
- b) o efeito perverso direto sobre a capacidade de arrecadação do estado.
- c) a taxa marginal de imposto sobre a renda menor que a taxa média para todo o nível de renda dos contribuintes.
- d) o efeito perverso sobre os incentivos marginais dos agentes econômicos cuja renda ultrapassa certo nível.
- e) a redução do seu montante com o nível de renda do agente tributado.

**87.** A respeito do sistema de tributação, analise as afirmativas a seguir:

I. O peso morto da tributação consiste no fato de que a imposição de um imposto reduz os

excedentes dos consumidores e produtores em um montante inferior à arrecadação tributária.

II. Em termos de eficiência econômica, é mais eficiente em um sistema tributário elevar a cobrança de impostos sobre produtos com baixa elasticidade do que sobre produtos com elevada elasticidade.

III. A utilização dos impostos sobre valor agregado introduz o efeito cascata, que eleva a eficiência.

Assinale

- a) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- b) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- c) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
- d) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- e) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.

**88.** Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as afirmações seguintes, relacionadas à contabilidade social e aos conceitos básicos em macroeconomia.

( ) O PNB (Produto Nacional Bruto) mede a renda dos residentes de determinada economia, não importando se ela é obtida na produção doméstica ou na produção externa.

( ) O deflator de preço implícito do PIB (Produto Interno Bruto) pode ser calculado dividindo-se o PIB real pelo PIB nominal.

( ) Existe um superávit em conta corrente de uma economia quando a poupança nacional for maior que o investimento nacional, e a diferença vai emprestada para o exterior.

( ) Hiato do produto mede a diferença entre a produção planejada e a real.

A ordem correta de preenchimento, de cima para baixo, é:

- a) V – V – V – V.
- b) V – F – V – V.
- c) V – F – V – F.
- d) F – F – V – F.
- e) F – V – F – F.

**89.** Com base nos conceitos referentes às medidas da atividade econômica, assinale a alternativa incorreta.

**a)** O Produto Nacional (PN) é o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado período de tempo.

**b)** A Renda Nacional (RN) é a soma dos rendimentos pagos às famílias que são proprietárias dos fatores de produção, pela utilização de seus serviços produtivos, em determinado período de tempo.

**c)** Consumo (C) é o gasto com bens que foram produzidos, e que aumentam a capacidade produtiva da economia para os períodos seguintes.

**d)** Despesa Nacional (DN) é o valor das despesas dos vários agentes na compra de bens e de serviços finais.

**e)** Poupança Agregada (S) é a parcela da Renda Nacional (RN) não consumida no período, isto é, da renda gerada (salários, juros, aluguéis e lucros), parte não é gasta em bens de consumo.

**90.** Seja o modelo Keynesiano para uma economia fechada e sem governo. Suponha ainda que, a partir de uma posição de equilíbrio, observa-se que um aumento no Investimento de 1000 Unidades Monetárias (UM) elevou o produto em 4000 UM. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

**a)** Na identidade entre vazamentos e injeções, *poupança e tributação* representam vazamentos, enquanto *os investimentos e os gastos do governo* representam injeções ao fluxo.

**b)** O aumento no consumo, decorrente do choque no investimento e ao novo nível de produto, foi de 250 UM e a propensão média a consumir é de 0,8.

**c)** Mantida a propensão marginal a consumir, e considerando a economia fechada e com governo, sabe-se que um choque dos gastos públicos de 100 UM elevou o produto em 250 UM. Então a propensão marginal a tributar é 0,25.

**d)** Diante de um choque do orçamento equilibrado, mantida a propensão marginal a consumir e considerando a economia fechada e com governo, um aumento de 100 UM nos gastos públicos implicará um aumento de 150 UM no produto.

**e)** É correto afirmar que o multiplicador Keynesiano na economia com dois setores é menor do que na economia com 3 setores.

**91.** No modelo IS-LM para uma economia fechada, a eficiência da política monetária para aumentar o nível de renda, quando o

desemprego está acima de sua taxa natural, é função

**a)** direta da magnitude da propensão marginal a poupar.

**b)** inversa da elasticidade da demanda de moeda em relação à renda.

**c)** inversa da elasticidade do investimento em relação à taxa de juros.

**d)** inversa da elasticidade da demanda de moeda em relação à taxa de juros.

**e)** inversa do valor do multiplicador keynesiano.

**92.** Com relação a um modelo macroeconômico keynesiano, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) Quanto mais inclinada a curva LM, maior a eficácia da política fiscal.

( ) Quanto menor a inclinação da curva LM, menor a eficácia da política monetária.

( ) Quanto maior a inclinação da curva IS, maior a eficácia da política fiscal.

**a)** V/ F/ F

**b)** F/ V/ F

**c)** F/ F/ V

**d)** V/ F/ V

**e)** F/ V/ V

**93.** Com relação à demanda de moeda, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) A demanda de moeda, para os clássicos, não contemplava o motivo precaução.

( ) A principal diferença entre a teoria clássica e a teoria keynesiana é o motivo especulação.

( ) A teoria clássica não admite a retenção de moeda como um comportamento racional.

**a)** V/ F/ F

**b)** F/ V/ F

**c)** F/ F/ V

**d)** V/ V/ F

**e)** V/ F/ V

**FINANÇAS PÚBLICAS (LEI DE  
RESPONSABILIDADE FISCAL)  
PROF. SÉRGIO MENDES**

**94.** A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou simplesmente LRF, tem como um dos seus principais objetivos o estabelecimento de limites para várias áreas dos gastos públicos, como as despesas com pessoal. No que se refere à base de cálculo para a verificação desses limites, essa norma estabelece que:

é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais,

**a)** agropecuárias, de serviços, transferências correntes e receitas de capital;

**b)** é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, incluídas as duplicidades;

**c)** São deduzidos, nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

**d)** Essa base de cálculo é denominada Receita Corrente Bruta e não sofre deduções;

**e)** Fazem parte do cálculo a contribuição social para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição previdenciária dos servidores públicos.

**95.** Visando garantir a transparência das contas públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe uma série de instrumentos. Em relação a esses instrumentos de transparência, julgue os itens a seguir:

I. São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

II. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é um documento quadrimestral, editado pelo Poder Executivo, mas obrigatório para todos os Poderes e o Ministério Público.

III. O Relatório de Gestão Fiscal é elaborado ao final de cada quadrimestre pelos titulares de cada um dos Poderes, além do Ministério Público.

IV. Segundo a LRF, as contas apresentadas pelos Chefes do Poder Executivo Municipal devem ficar disponíveis para consulta por apenas por 60 dias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a)** I e II
- b)** I e III
- c)** II e IV
- d)** II e III
- e)** III

**96.** Tendo em vista a necessidade da boa gestão das receitas e despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal destinou capítulo inteiro à dívida e ao endividamento público. Nos que se refere à dívida pública, assinale o item que NÃO é verdadeiro:

**a)** Dívida fundada ou consolidada compreende os compromissos e exigibilidades com prazo superior a 12 meses, mas pode incluir operações de crédito com prazo inferior a 12 meses, desde que as receitas estejam no orçamento;

**b)** Dívida flutuante corresponde aos compromissos cujo pagamento independe de autorização orçamentária;

**c)** Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento integram o montante da dívida flutuante, para fins de aplicação dos limites;

**d)** Dívida pública mobiliária é representada por títulos emitidos pela União, Estados e Municípios;

**e)** Concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, GEOGRÁFICA,  
POLÍTICA E ECONÔMICA DO DF E ENTORNO**  
**PROF. LEANDRO SIGNORI**

**97.** Em sintonia com as recentes mudanças no cenário nacional e internacional, em que o Estado deixa de ser o provedor absoluto de bens e serviços públicos e responsável único pela promoção do desenvolvimento econômico e social, e passa a adotar estratégias de descentralização, novos atores e arranjos institucionais começam a participar do processo de desenho e implementação de políticas públicas.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 avançou no sentido da descentralização e participação da sociedade civil e, ao tratar da regionalização, permitiu a articulação da União sobre complexos geoeconômicos e sociais, com vistas ao desenvolvimento regional e à redução das desigualdades.

Internet: <  
[http://www.mi.gov.br/web/guest/regioes\\_integradas\\_rides](http://www.mi.gov.br/web/guest/regioes_integradas_rides)  
>

Tendo o texto acima como meramente motivador, assinale a alternativa correta em relação à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE:

- a)** Para integrar a RIDE, município constituído a partir de desmembramento de território de município constituinte da RIDE deverá ser incluído por meio de lei específica.
- b)** São de interesse da RIDE os serviços públicos comuns aos estados, União, Distrito Federal e municípios que a integram.
- c)** A RIDE foi criada por lei complementar federal que também autorizou a criação do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.
- d)** A RIDE destina-se à articulação da ação administrativa da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos municípios de Goiás e de Minas Gerais.
- e)** Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, o Conselho Administrativo da Região tem por finalidade executar atividades de gestão da RIDE.

**98.** Considerando os contextos históricos, geográficos, sociais, culturais, e econômicos referentes ao Distrito Federal (DF), assinale a alternativa incorreta.

**a)** Chuvas abaixo da média histórica, nos anos de 2016 e 2017, são a causa da crise hídrica vivenciada atualmente pelo Distrito Federal.

**b)** Brasília foi projetada de modo que a vida dos moradores se desenvolvesse na confluência das escalas monumental, residencial, gregária e bucólica.

**c)** A população do Distrito Federal é culturalmente diversificada, decorrente da presença de pessoas originárias de todas as regiões brasileiras.

**d)** A região do Brasil onde se localiza o Distrito Federal caracteriza-se por duas estações climáticas bem definidas – seca e chuvosa. Na estação seca, as chuvas são raras. Assim, a estação chuvosa é a grande responsável por abastecer os reservatórios de água do DF.

**e)** O Distrito Federal é a unidade da federação com a maior proporção de doutores por habitantes do Brasil, indicador que contribui para atestar a alta qualificação de sua mão de obra.

**ESTATUTO DOS SERVIDORES DO DF**  
**LC 840/2011**  
**PROF. HERBERT ALMEIDA**

**99.** A Lei Complementar n.º 840, de 2011, dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. Marque a alternativa correta em relação ao disposto na mencionada Lei Complementar:

**a)** Em situações excepcionais, é permitido, desde que devidamente justificado, editar atos de nomeação ou posse com efeito retroativo, não sendo possível, por outro lado, editar atos de nomeação de forma retroativa, em virtude dos pagamentos devidos ao servidor.

**b)** A ordem de classificação em concurso público tem efeitos vinculativos para o servidor e para a Administração, motivo pelo qual a nomeação deverá observar a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso público e, conseqüentemente, é vedado o reposicionamento do candidato para o final da lista de classificação, ainda que mediante solicitação.

**c)** Expressamente, a Lei Complementar n.º 840, de 2011 veda a nomeação de cônjuge de secretário distrital para ocupar cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Distrito Federal.



**d)** O Estatuto dos Servidores do Distrito Federal aplica-se também aos policiais civis do Distrito Federal e aos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

**e)** O servidor que exercer simultaneamente dois cargos públicos de professor, ambos na Administração Pública do Distrito Federal, terá que exercer o estágio probatório em relação a cada cargo que esteja em exercício, sendo vedado o aproveitamento de prazo ou pontuação.

**100.** Sobre o regime disciplinar e o processo administrativo disciplinar aplicável aos servidores públicos do Distrito Federal, marque a alternativa correta.

**a)** Em virtude da vedação ao caráter perpétuo das sanções, a legislação prevê que as penas de advertência e suspensão terão os registros cancelados, após o decurso de determinado período sem o cometimento de novas infrações, sendo que tal cancelamento terá efeitos retroativos.

**b)** A sanção disciplinar cancelada será excluída da ficha funcional do servidor, não podendo ensejar conduta desabonadora, exceto para efeitos de reincidência.

**c)** Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na ordem de cinquenta por cento do valor diário da remuneração ou subsídio, por dia de suspensão; nesse caso, faculta-se ao servidor comparecer ao serviço.

**d)** Em que pese a definição do conteúdo da pena de suspensão tenha caráter discricionário, a Lei Complementar nº 840, de 2011 apresenta sublimites conforme o grupo da infração disciplinar média ou conforme o grupo da reincidência aplicável.

**e)** Ao servidor inativo que houver praticado, na atividade, infração disciplinar punível com suspensão, será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

## CARTÃO DE RESPOSTAS - SIMULADO - SEFAZ-DF

NOME:

### INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as respostas neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva. Não amasse, não dobre nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do Ranking Geral do **SEFAZ-DF**.
- O formulário pode ser acessado na página do **SEFAZ-DF** no Blog do **Estratégia Concursos**.

### FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÃO/RESPOSTA					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E
61	A	B	C	D	E
62	A	B	C	D	E
63	A	B	C	D	E
64	A	B	C	D	E
65	A	B	C	D	E
66	A	B	C	D	E
67	A	B	C	D	E
68	A	B	C	D	E
69	A	B	C	D	E
70	A	B	C	D	E
71	A	B	C	D	E
72	A	B	C	D	E
73	A	B	C	D	E
74	A	B	C	D	E
75	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
76	A	B	C	D	E
77	A	B	C	D	E
78	A	B	C	D	E
79	A	B	C	D	E
80	A	B	C	D	E
81	A	B	C	D	E
82	A	B	C	D	E
83	A	B	C	D	E
84	A	B	C	D	E
85	A	B	C	D	E
86	A	B	C	D	E
87	A	B	C	D	E
88	A	B	C	D	E
89	A	B	C	D	E
90	A	B	C	D	E
91	A	B	C	D	E
92	A	B	C	D	E
93	A	B	C	D	E
94	A	B	C	D	E
95	A	B	C	D	E
96	A	B	C	D	E
97	A	B	C	D	E
98	A	B	C	D	E
99	A	B	C	D	E
100	A	B	C	D	E